

As últimas do imperador

Caderno com anotações sobre a primeira
Constituição republicana mostra que
dom Pedro II estava atento ao Brasil e
lúcido no ano em que morreu no exílio

Revista Veja - Edição 1 657 - 12/7/2000

Ele caiu do poder como um fruto mais que passado do ponto – a título de comparação atualizada, um pouco como aconteceu com o PRI, no México, na semana passada. Quando deixou o trono e o Brasil, depois de 49 anos como único chefe nativo de uma insólita monarquia tropical, Pedro II era a imagem do governante enfraquecido quase ao ponto da autodissolução. Sonolento, inerte e ridicularizado em charges como "Pedro Banana", representado como um erudito imaginário que só queria saber de fotografia, astronomia e intermináveis viagens ao exterior, o imperador derrubado pela República em 1889 terminou a vida na irrelevância do exílio. Persistiu, no entanto, o mito do monarca banido, dominado nos poucos anos que lhe restaram pela imagem do país que o rejeitara e secundado, no esquiife, pelo derradeiro punhado da terra natal. Pedro II, de fato, continuou acompanhando, a distância, os acontecimentos no Brasil sempre sob sua ótica, que misturava interesses particulares a vagas visões sobre o futuro da nação. Um documento inédito dá algumas pistas de como o imperador deposto via o novo regime. Trata-se de um caderno de capa dura no qual foi colado o texto da primeira Constituição republicana, recortado de um jornal, sobre o qual dom Pedro escreveu a lápis seus comentários.

O documento mostra que, apesar de doente – como comprova a letra trêmula –, ele continuava ligado ao que acontecia no Brasil. A data de 13 de abril de 1891 é sugestiva: a Constituição havia sido promulgada apenas dois meses antes, um prazo muito curto, considerando-se que para cruzar o Atlântico um navio levava na época quase trinta dias. Desde a morte do imperador, em Paris, oito meses depois, o caderno ficou em poder da mesma família, que o acompanhou no exílio. Só agora, passados 108 anos, foi oferecido ao colecionador carioca Pedro Corrêa do Lago ([veja quadro](#)). Antes disso, só havia sido exibido uma vez em Petrópolis, na década de 40. As observações do imperador são poucas, até frustrantes pela concisão, mas revelam uma leitura atenta do texto da Carta. Previsivelmente, dom Pedro começa criticando o regime de República Federativa – uma das autojustificativas fundamentais da monarquia era seu papel na preservação da unidade da nação brasileira. Para o imperador, o país não estava, digamos, maduro. "Não chegou ao grau de civilização preciso", escreveu, sem meias palavras.

"Assim seja!" – A reivindicação ao papel de elemento unificador da gigantesca ex-colônia portuguesa, que facilmente poderia ter enveredado para a fragmentação, não deixa de ter legitimidade. "Com seu trabalho, de admirável coerência, o governo de dom Pedro II começou sob um rígido sistema legal, unitário e centralizador fundamental naquele momento histórico", registrou o historiador Francisco Iglesias no livro *Trajetória Política do Brasil (1500-1964)*. Os bons sentimentos do imperador deposto transparecem na observação seguinte, quando registra esperar que a federação se consolidasse efetivamente

como "a união perpétua e indissolúvel das antigas províncias", segundo prega o artigo primeiro da Constituição de 1891. "Assim seja! Assim seja! Prospere sempre moral e fisicamente", escreveu. No final, voltou ao assunto: "Li-a com atenção e fiz as reflexões com a maior isenção de espírito. Queria ter-me enganado quanto à principal porque minha pátria haveria atingido a altura a que sempre me esforcei para elevá-la".

As anotações, um tanto genéricas, diferem pouco das que costumava fazer à margem de quase todos os livros que leu ao longo da vida. Dom Pedro mostra algo mais de emoção quando comenta a pensão a ele destinada. O assunto era espinhoso. No decreto que estabeleceu seu banimento, as autoridades da nova República estabeleceram uma ajuda de 5 000 contos para que o imperador se fixasse no exílio. Dom Pedro rejeitou-a, dizendo que "não aceitaria ou agradeceria o favor das mãos do general que tudo lhe levava" – concordava, no entanto, com as verbas estabelecidas em leis da época da monarquia. A reação do governo republicano, em decreto redigido por Rui Barbosa, foi dura: além de revogar a ajuda de custo, decretou a extinção de todas "as dotações ao senhor Pedro de Alcântara e sua família". A Constituição de 1891 veio acalmar os ânimos, concedendo a pensão vitalícia para garantir uma "subsistência decente" ao imperador deposto. Não estabelece, porém, valores. Entra aí o comentário de dom Pedro. "Talvez fixem-na maior do que preciso para viver sem luxo e eu destine o excesso para os serviços de instrução e melhoramento da vida do povo", escreveu ele. Há, talvez, na observação, alguma coisa do homem que sabe estar escrevendo para a posteridade. Mas o fato é que dom Pedro, enquanto esteve no poder, destinava efetivamente parte de seus estipêndios a obras de caridade – a ponto de negligenciar os sinais exteriores da simbologia do cargo e ser criticado pela falta de pompa, um dos apanágios da monarquia.

Essa foi uma das contradições, tão tipicamente brasileiras, de dom Pedro II. Homem civilizado e culto, apaixonado pelas artes e pela ciência e preocupado com a educação, comandou um império em que o analfabetismo atingia 83% da população. Antiescravagista de coração, viu o Brasil se arrastar num debate interminável. Foi sob a regência de sua filha, Isabel, que o país finalmente aboliu a escravidão – o último na América a fazê-lo. Definido pelo historiador Evaldo Cabral de Mello como "um burguês europeu do século XIX, pouco afeito à liturgia do poder", e ao mesmo tempo como a "figura fundamental da política brasileira no século XIX", dom Pedro II portou a coroa durante quase meio século – em longevidade no poder, perdeu apenas para a rainha Vitória, da Inglaterra. Nesse período, vigorou no país uma espécie de parlamentarismo não formalizado, tendo no topo um imperador contemplado com um dispositivo constitucional extremamente autoritário. Poderia tê-lo colocado a serviço de interesses totalitários. Apesar de criticado por abusar desse dispositivo, que lhe permitia dissolver o Congresso e convocar novas eleições, dom Pedro II, no entanto, o utilizou principalmente para garantir a alternância de liberais e conservadores no poder.

Dinheiro curto – Quando recebeu o caderno com o texto da Constituição, dois meses depois de sua promulgação, dom Pedro estava instalado no Hotel Beau Séjour, em Cannes. Tinha 66 anos, mas aparentava muito mais. As perdas se sobrepunham. Três semanas depois de chegar a Portugal, para a primeira etapa do exílio, morria a imperatriz Teresa Cristina. No início de 1891, foi-se a condessa de Barral, amante, companheira de viagem e mais íntima confidente de dom Pedro por muitos anos. Como se não bastasse, o dinheiro

era escasso para as necessidades de um homem doente, com família grande e acostumado às honras da realeza, por mais que se empenhasse na modéstia de hábitos.

Depois de recusar a pensão oferecida pelo governo republicano, dom Pedro passou a viver da ajuda de amigos. Apesar do ar de mártir exilado, contudo, ele tinha uma rotina muito similar à mantida durante suas longas viagens ainda como imperador, ou seja, a de um monarca em férias permanentes. Recebia regularmente visitas da nobreza européia e continuava cercado de uma espécie de corte, formada por famílias que o acompanharam solidariamente ao exílio. Quando morreu, em 5 de dezembro de 1891, dom Pedro II recebeu, na França, honras de chefe de Estado. Trinta anos depois, seus restos mortais retornaram ao Brasil.